

LÍNGUA PORTUGUESA: OLHARES EM PERSPETIVA

Catarina Gama

Investigadora Associada do Observatório Político

A lusofonia é hoje o nosso mapa cor-de-rosa onde todos esses impérios podem ser inscritos, invisíveis e até ridículos para quem nos vê de fora, mas brilhando para nós como uma chave no átrio da nossa alma.

Eduardo Lourenço

Daqueles que têm contacto com um falante nativo de língua portuguesa pela primeira vez, há várias reações que se podem esperar; regularmente, a primeira é «*Brasil!*», a segunda ou terceira «*ah, português! qual a diferença entre português e espanhol?*» Ou ainda «*ah, Portugal! Cristiano Ronaldo!*» Ou mesmo «*parece russo!*», entre outras. Mas, de facto, de entre os que a têm como língua materna ou estrangeira, ou estudam e conhecem os países que a têm como língua oficial, esta é-lhes normalmente “apresentada” como língua de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste. É também para alguns a língua da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP)¹ e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Mas é também, certamente, a língua dos países lusófonos (pleonasma à parte) ou da comunidade *lusófona*, sendo *lusófono* considerado como aquele ou aquilo que partilha a língua portuguesa ou, se nos guiarmos etimologicamente, a língua lusa. Mas se, de comunidade estamos a falar, o que teriam em comum estes países se, de repente, como que por magia, retirássemos a língua da nossa análise sobre os mesmos?

Voltemos um pouco atrás.

No período seguinte ao movimento de Abril em Portugal, o Estado português tentou modificar a imagem do país através da negação de tudo o que dizia respeito ao Estado Novo e ao Estado Social. Rasurado todo um regime, os

¹ A CPLP procura projectar e consolidar, no plano externo, os especiais laços de amizade entre os países de língua portuguesa, dando a essas nações maior capacidade para defender seus valores e interesses, calcados sobretudo na defesa da democracia, na promoção do desenvolvimento e na criação de um ambiente internacional mais equilibrado e pacífico. In www.cplp.org.

“novos portugueses”, na sua leitura política e sociológica admitiram entusiasticamente a releitura da sua identidade e esta, na sequência da oficialização da língua portuguesa por parte das ex-colónias africanas, viria a estar fortemente ancorada na retórica da existência de uma comunidade de língua portuguesa. Aliás, o papel da língua portuguesa viria, não só a afirmar-se fundamental para a projeção da identidade coletiva de Portugal como um recurso simbólico e material, mas também assumiria um papel geoestratégico de valor inequívoco para a construção de um valor cultural e identitário que se pretendeu partilhado por um conjunto de países², tendo o estado português mantido, de facto, um papel de impulsionador no desenvolvimento da mesma, facto que nos afigura de questionamento necessário.

Surgiriam, assim, na década de 80, os termos “lusofonia” e “PALOP” – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa –, muito embora terem sido os anos 90 os mais determinantes para o processo que, da cultura política à língua, da língua à política de língua e, da política de língua portuguesa à expressão estadual da mesma, diz respeito, numa época marcada pelos esforços de transnacionalização não exclusivos a este contexto.

Começando pela assinatura do acordo ortográfico da língua portuguesa em 1990, passando pela constituição formal da CPLP em 1996 ou ainda pela criação da RTP África em 1998, vários são os exemplos que poderíamos considerar para a análise da atual posição da língua portuguesa face ao “desejo” de internacionalização³ que tem, desde então, foi consolidando um eco político, ainda que diferenciado e a “velocidades” distintas, nos países de língua oficial portuguesa.

Mas, de facto, o que queremos dizer quando falamos de internacionalização de uma língua? A que nos referimos quando afirmamos que uma língua é

² GAMA, Catarina, *A Identidade Cultural Portuguesa. Instrumentos Promotores: O Instituto Camões*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Setembro de 2009. Pp. 34-36.

³ Em PINTO, Paulo Feytor, *Política de língua na democracia portuguesa (1974-2004)*, Lisboa: Universidade Aberta, 2008, Paulo Feytor Pinto define internacionalização da língua como *um processo eminentemente político de afirmação, de consolidação e de diversificação funcional da língua na cena internacional, enquanto idioma utilizado em países estrangeiros e não lusófonos, em funções convencionalmente culturais e académicas, mas também noutras utilizações que podem garantir reforçar o prestígio de uma grande língua de cultura: ciência, internet, tradução e interpretação, negócios, etc (...). a noção de internacionalização da língua portuguesa implica a ínsita articulação da língua e da cultura, sendo esta última entendida como instância de afirmação de valores, de imagens e de sentidos de identificação nacional.*

internacional versus, quiçá, uma língua *não internacional*? E que ideologia linguística estaremos a veicular privilegiando determinadas práticas e/ou políticas públicas em detrimento dos usos da língua? Além disso, estaremos nós a considerar as variáveis não linguísticas quando nos debruçamos sobre estas questões?

Assim sendo, e à parte dos referidos exemplos, que constituem, por si só, casos concretos (que esperamos analisar futuramente), pretendemos, neste artigo, lançar um olhar em perspectiva sobre as retóricas discursivas face à língua portuguesa que, desde aquela década, têm vindo a influenciar a prossecução mais, ou menos, eficaz, das políticas públicas inerentes a esse processo de internacionalização, tanto ao nível do uso da língua *nos* países como à projeção internacional *desses* países através da língua.

Português: Língua Comum?

A vantagem linguística tem vindo a agudizar-se, sendo cada vez mais uma dimensão de *soft power* que os Estados pretendem deter e ampliar à escala global e, na senda do esforço de internacionalização da língua portuguesa tem-se afirmado determinante legitimar a mesma (para também consolidar o reconhecimento público internacional) como *língua comum*. Para tal, defende-se o português como língua comum de, pelo menos, nove países⁴, alegando a sua promoção no mundo numa ótica de valorização de uma base histórico-cultural também ela “comum”, posição que, cada vez mais, tem considerado o potencial económico da língua como plataforma de lançamento para o seu projeto. Mas face a este posicionamento, questionamo-nos: o que quererá dizer língua comum? Será ela efetivamente comum? E será que essa base histórico-cultural existe ou faz parte de uma argumentação que dá sentido ao projeto de uma *galáxia lusófona* em competição com outras formas de cooperação cultural?

Do termo *comum* deriva o seu valor simbólico que, por sua vez, advém da crença de que esta língua é partilhada por vários países que constituem, por conseguinte, uma *comunidade lusófona*, defendida como sendo um espaço de partilha cultural assente na categoria linguística que caracteriza os países de

⁴ Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste.

que faz parte – os países de língua oficial portuguesa ou lusófonos. Mas porquê lusófonos?⁵

Pensemos no seu prefixo *luso-* quando à língua portuguesa ou a Portugal alguns se referem; língua lusa, luso-descendente, estudos luso-brasileiros (e não *portugueses*-brasileiros) são apenas alguns exemplos da hodierna aceitação do prefixo. No entanto, se tradicionalmente se explica a referida aceitação do mesmo, associando-o à província romana da *Lusitânia* (correspondente ao que é hoje a região portuguesa a sul do Rio Douro e a província espanhola da Extremadura), e a Luso (do latim *lusus*), incorrendo numa explicação mitológica que veria neste último, semideus, filho de Baco, como fundador do que é hoje Portugal⁶, consideremos o papel simbólico de Luís Vaz de Camões e sua obra *Os Lusíadas*, bem como a penetração do termo lusofonia, ou o seu adjetivo derivado, lusófono (termos que não deixam de ser, contudo, controversos por a sua origem etimológica se associar fortemente a Portugal) quando se argumenta a favor de uma base histórico-cultural comum neste universo de países, centrando o papel da CPLP para a construção de um projeto transnacional.⁷

Neste último caso, e assim, a componente política da lusofonia tem na CPLP a tentativa-mor de consolidação e afirmação pública e internacional, constituindo o binário Lusofonia/CPLP (apesar de dois termos com significados diferentes) um universo essencial para o ideário de uma língua comum (porque oficial) a vários países. Contudo, as fragilidades da CPLP enquanto projeto político têm vindo a criar análises consensuais sobre a sua ineficácia que continua quase que exclusivamente arreigada a uma política de valorização da língua portuguesa obsoleta e a uma ação que não se constitui como prioridade para a maioria dos países que dela fazem parte. Ainda assim, e tal como afirmam Costa e Varela:

(...) é preciso ter como um dos alvos da “desconstrução” e de “des-pensamento” crítico, as crescentes teses neo-luso-tropicalistas que utilizam a suposta hegemonia de uma categoria identitária, a língua [oficial] portuguesa, nos espaços coloniais portugueses, para daí inferirem a existência de uma identidade

⁵ A verdade é que a Lusofonia – tendo outrora como arquétipo mítico o Quinto Império religiosa projetado pelo Padre António Vieira ou Fernando Pessoa que o concebe não como uma crença messiânica mas como processo de emancipação cultural suscetível de edificar uma pátria em que a “língua portuguesa seria o cimento da união de vários povos” – constitui, hoje, um conceito genérico, difuso e circunscrito à sua dimensão linguístico-cultural, cujo espectro geopolítico carece de potenciação e orientada instrumentalização. In COSTA, Suzano & VARELA, Odair, «(Des) Construindo o Discurso Legitimador da CPLP: Comunidade ‘Lusófona’ ou Fictícia?», Working Paper #15, Observatório Político, publicado em 10/7/2012, URL: www.observatoriopolitico.pt

⁶ AZEVEDO, Milton, *Portuguese: A Linguistic Introduction*, Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

⁷ Ambos têm na sua origem o termo “luso”, fortemente associado a Portugal e, por isso, passível de ser criticado como sendo um projeto exclusivamente português numa lógica de sonho lusíada.



sociocultural “lusófona” nesses territórios. Apesar de se apontar a ex-potência colonial, Portugal, como o centro da referida inferência, também podemos encontrar esta ideia nos restantes países.⁸

Se o caso do uso do termo lusófono se torna, pela sua natureza prolixa e de base linguístico-cultural, de expectável associação à competição entre distintas formas de cooperação cultural, já o papel simbólico de Camões para o efeito se constitui como um caso irónico, já que oscila entre a apropriação literária e a política, como aliás, se observa em relação a Fernando Pessoa. Mas como?

Na obra de Camões, geralmente dividida nos três géneros épico, teatral e lírico, destaca-se o género épico em *Os Lusíadas*, onde o poeta retrata a viagem de Vasco da Gama à Índia, através do relato da História de Portugal. Na obra, o intuito de Camões foi, não só celebrar os “feitos dos portugueses” na época da expansão, mas também corrigi-los, no sentido em que a sua obra apresenta, nomeadamente através da figura do Velho do Restelo, uma função moralizadora e moralizante respeitante à ganância e exploração de outros povos com quem Camões conviveu cerca de dezassete anos durante o tempo em que ele próprio esteve no “Oriente”. A partir do século XVII, a sua obra começa a ser reconhecida amplamente nos países europeus, bem como no Brasil e verá no período do Romantismo do século XIX a sua revitalização como forma de saudosismo e exaltação da época da expansão portuguesa. Já durante o período do Estado Novo em Portugal o poeta viria a ser também considerado como forte símbolo nacional português, não só pela propaganda salazarista, mas também por autores críticos do regime como António Sérgio ou Jorge de Sena que admiravam Camões mas que do seu legado faziam um uso diferente, sendo também nessa época que o dia 10 de junho (o poeta terá falecido a 10 de junho) passa a ser feriado nacional, conhecido como o “dia de Camões, de Portugal e da Raça”, depois de ter sido um feriado municipal em Lisboa promovido pelos republicanos que pretendiam exaltar a celebração que se fizera em 1880, igualmente por republicanos, em homenagem a Camões. Na sequência do 25 de abril de 1974, numa tentativa de abandonar a imagem de Portugal como um país colonizador, de valorizar as comunidades de emigrantes espalhadas pelo mundo e de desvanecer a vertente propagandística do Estado Novo, a data viria a ser, a partir de 1978, conhecida e celebrada como o “Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas”. Apesar desse esforço, essa alteração irá manter uma certa lógica colonial já que associará a figura do emigrante português a Camões, fazendo *o emigrante prolonga (r), sob uma outra forma, a nossa presença colonizadora.*

⁸ COSTA, Suzano & VARELA, Odair, «(Des) Construindo o Discurso Legitimador da CPLP: Comunidade ‘Lusófona’ ou Fictícia?», Working Paper #15, Observatório Político, publicado em 10/7/2012, URL: www.observatoriopolitico.pt

Encontra nesses locais possibilidades que a Europa não lhe fornece e permanece uma imensa casa onde se fala com doçura a sua própria língua.⁹

No entanto, se Camões se tem assumido como um forte símbolo de Portugal e da língua com expressões vincadamente políticas, a sua obra veiculou também o cânone do português clássico do século XVI, pois, tendo o poeta escrito *alguns textos em castelhano, deixou-nos assim indicação de que poderia ter escrito nessa língua toda a sua restante obra (...). Camões escolheu o português e de certo modo instituiu-o como língua escrita disponível¹⁰*, numa época em que, além de, pelo castelhano, o espaço literário era disputado pelo latim, seguindo o modelo humanista vigente. Tal escolha é, aliás, significativa ao pensarmos sobre a decisão de escrever obras literárias num ou noutro idioma, enquanto ferramentas de afirmação ideológica e política. Neste caso específico, é importante, contudo, que se analise detidamente de que forma é que essas preocupações estão presentes na obra no campo da linguística camoniana para mais facilmente abandonarmos uma retórica discursiva meramente celebrativa e por vezes “oca” associada à expressão *língua de Camões* (usada em vários quadrantes no espaço de língua portuguesa) e entendermos, não só o corpus lexical da obra do poeta, onde, por exemplo, se destacam os latinismos e arcaísmos usados, mas também a sua sintaxe e fonologia próprias¹¹, tal e como afirma Eduardo Lourenço:

Sob o pretexto de exaltar Camões, rebaixa-se, subtraindo-o, sem interesse para ninguém, a começar por ele, a um contexto sem o qual não pode ser julgado, nem mesmo compreendido. À imagem ideal e “imortal” da pátria portuguesa, Camões estará para sempre, o sempre da nossa perenidade histórica e linguística, ligado. Mas essa mesma imagem modifica-se e não é lícito acorrentar o estro camoniano a uma imagem como nele, datadamente, se definiu o perfil ideal da “pátria”. É um contra-senso cultural – embora de tentação óbvia – querer fazer coincidir a imagem literária de Camões e a sua imagem ideológica.¹²

⁹ LOURENÇO, Eduardo, *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa: Gradiva, 1999, p. 50.

¹⁰ VERDELHO, Telmo. *Linguística Camoniana: Panorama dos Estudos Linguísticos sobre a Obra de Camões*. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985. Pp. 365-367; 369; 374

¹¹ Camões é atualmente estudado em muitas universidades portuguesas e estrangeiras e é talvez dos poetas portugueses cuja projeção literária caminha a par com a sua projeção simbólica, política e linguística. É hoje determinante não só para a História da Literatura Portuguesa, mas também para a História da Linguística Portuguesa mas cabe-nos a todos nós pensar que simbolismo queremos nós que a Portugal esteja associado e porquê. Cremos ser necessário, acima de tudo, estudar Camões profundamente, entendendo-o pelo seu valor histórico e simbólico, sim, mas principalmente pelo seu valor literário. Não cabe neste âmbito, no entanto, tal empreendimento.

¹² LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade - Psicanálise Mítica do destino Português*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, 2a ed., Gradiva, 2001, p.121.



Antevemos, assim, que se, de um lado, o discurso em favor de uma comunidade lusófona sustentada na CPLP nos apresenta uma carga ideológica que confere sustentabilidade ao argumento de que conseqüentemente à expansão portuguesa adveio um espaço de culturas com uma base linguístico-cultural comum, por outro, o mesmo apresenta fragilidades, nomeadamente em relação ao peso de cada um dos países nessa afirmação de cunho mais identitário, onde Portugal tem desempenhado um papel mais visível e, para parte dos estudiosos desta matéria, fortemente criticável, na medida em que é visto como um processo produto do tempo colonial, *mascardo* por uma terminologia *politicamente correta* e mantido através de tabus culturais visíveis só aos olhos de alguns.

Espectros de Camões

A narrativa histórica faz parte da leitura de si mesmos que os povos fazem. Dependendo dos constructos históricos à disposição, também os estados constroem a narrativa que melhor lhes serve.

Se, para o entendimento da promoção da língua portuguesa no mundo será necessário olhar para as narrativas de todos países de língua oficial portuguesa, é a de Portugal particularmente premente, até porque o estado Português, no seio da pluralidade político-partidária tem apresentado relativa coesão em relação às políticas de promoção do português e, como tal, é frequentemente apontado como o grande impulsionador da retórica lusófona, num esforço de recuperação do passado colonial e da afirmação de um ideário cultural baseado num saudosismo histórico obsoleto e *mascardo*.¹³

O espaço de afirmação identitária português tanto a nível nacional como internacional tem-se movido no campo da retórica de valorização excessiva de um passado imperial marcado por uma lógica de “comunhão” cultural entre os países de língua portuguesa arreigada a um passado histórico comum, não obstante a relação de ex-colonizador perante o ex-colonizado.

A este respeito, um dos mais acérrimos críticos do colonialismo português e do *projeto lusófono*, Alfredo Margarido¹⁴, defende a ideia de aquele ser uma ferramenta ideológica dissimulada de recuperar as relações de dominação de

¹³ Vd. autores como Ernani Pimentel, Ataliba Castilho ou Marcos Bagno para argumentos a favor do “brasileiro” e contra o acordo ortográfico de 1990.

¹⁴ MARGARIDO, Alfredo, *A Lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*, Edições Universitárias Lusófonas, 1999.



um passado, estando mais aqui em causa ultrapassar o facto de o discurso retórico português fazer crível que não existem fraturas coloniais com as ex-colónias quando essa fratura é, e muito concretamente a nível linguístico, evidente. De forma irónica, Margarido refere-se à “escolha do português” por parte das ex-colónias, dizendo:

A maior parte dos missionários da lusofonia agem como se não tivéssemos atrás de nós um longa história de relações polémicas com aqueles que escolheram falar português (MARGARIDO 1999, 6), acrescentando ainda que não podemos deixar de tentar explicar esta maneira de agir, sobretudo no caso de um país que nem sequer procurou assegurar, nas suas antigas colónias, a banalização da língua portuguesa. O simples inventário dos poucos esforços feitos pelas autoridades responsáveis pela colonização para assegurar a generalização da língua portuguesa mostram que nunca se acreditou nesta força aglutinante (...). (MARGARIDO 1999, 6)

A propósito do Brasil considere-se, por exemplo, a divisão português do Brasil (PB)/Português europeu(PE) a apresentar autores que apoiam os dois extremos, quer defendendo o PB como uma língua separada – o brasileiro –, quer aceitando as duas variantes do mesmo idioma quase sem considerar as diferenças entre as mesmas; ou ainda a polémica questão do acordo ortográfico de 1990, cuja implementação tem envolvido resistências por parte de figuras públicas de ambos os países, nomeadamente no que à cedência em relação à outra variante diz respeito. Tal confirma, aliás, o que já Lourenço (1999:159) referira também ironicamente acerca do ponto de vista do estado português na sua relação com as ex-colónias:

Há muito tempo que estamos “perdidos” para o Brasil, pois há muito tempo que nos perdemos no Brasil. Reconhecê-lo e agir conseqüentemente é ainda a melhor das respostas àquilo que não é um drama, mas um afastamento de facto, paradoxalmente alimentado por uma espécie de esquecimento activo dos laços de parentesco originais e irreversíveis. Nunca formaremos um conjunto, no sentido de comunidade linguístico-cultural (nem mesmo acrescentando o contributo dos novos países de expressão portuguesa) capaz de constituir um pólo de influência histórico-política no mundo, como indubitavelmente será o caso dos países de expressão hispânica. Onde quer que andem a par os interesses culturais de Portugal e do Brasil – em África particularmente –, não são apreendidos na perspectiva de um lobbying comum. De ambos os lados do Atlântico – mas sobretudo do lado brasileiro – comportamo-nos mais como rivais do que como aliados.

Outro dos instrumentos apontados a Portugal neste esforço de



internacionalização da língua baseado no epíteto de *língua comum* para benefício próprio numa lógica imperialista-saudosista é o uso dos média. A este respeito, Sousa (2000)¹⁵ afirma a convergência político-partidária nos anos 80 e 90 quanto ao conceito de lusofonia para o reforço de Portugal no palco das relações internacionais, nomeadamente na sequência de Portugal se ter tornado membro da Comunidade Económica Europeia. A este nível poderemos referir a criação e emissão da RTP internacional e, mais tarde, da RTP África que pretenderam fixar uma programação de forte veiculação identitária a traços culturais pouco questionados e fortemente ligados a um discurso de valores tradicionais e tradicionalizantes.¹⁶

Mas se, de facto, Portugal, através do discurso lusófono, tem procurado *manter o colonialismo, fingindo abolir o colonialista, graças à maneira como o colonizado é convidado a alienar a sua própria autonomia para servir os interesses portugueses (...) do ponto de vista cultural, forçosamente político, podemos contudo verificar que tanto a lusofonia, que depende da língua, como o espaço lusófono, que só poderá existir quando os locutores puderem circular livremente, tendo apenas a língua como passaporte suficiente, procuram livrar-se do peso negativo ou acusatório da história.* (MARGARIDO 1999, 77-76) Tal não deixa de ser curioso, já que é precisamente da História que a retórica portuguesa tem vivido.

(CO)operação em português

Não rasurando a ideia da língua portuguesa como *património* compartilhado, mas defendendo a coexistência de pluralidades históricas, culturais e linguísticas, cremos que, no espaço em que o português é oficial, aquelas devem ser consideradas para que o projeto lusófono possa, não só ser legítimo mas também eficaz, mormente no que à sua expressão política nos fora internacionais diz respeito, sendo o mesmo também visto como uma oportunidade singular para a afirmação e preservação de elos de entendimento entre culturas, territórios e memórias que, apesar das diferenças entre si, partilham uma mesma língua.

Mas, de facto, os símbolos arreigados culturalmente constituem-se como uma força brutal para a projeção de imagens que terão uma aceitação popular a não desprezar por aqueles que detêm o poder e que vale a pena tentar explicar.

¹⁵ SOUSA, H. (2000) “Os Media ao Serviço do Imaginário: Uma Reflexão sobre a RTP Internacional e a Lusofonia” in Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série de Comunicação, Vol. 14 (1-2).

¹⁶ *idem, ibidem*, p. 6 – (...) Concretamente no plano da programação, o contrato estabelece que a RTP deve contribuir, através das suas emissões internacionais, para a caracterização da identidade nacional e dos seus valores culturais, para a difusão da língua e o alargamento da solidariedade e cooperação com todos os povos comunidade lusófona (cláusula 6, ponto 1, alínea o).



Para tal empreendimento de análise política, é necessário ultrapassar as *perplexidades* que se podem encontrar quando se compara a língua portuguesa com outras línguas. Impõe-se, em primeiro lugar, o questionamento sobre que rumo estará a projeção desta língua a tomar e, em segundo lugar se a par, ou não, de que outros universos linguístico-sociais.

Quanto ao rumo, a retórica de promoção da língua portuguesa parece estar *sub-* e *sobre-* repticiamente a seguir de perto os processos de hegemonia linguística do espanhol e do inglês sem, contudo, conseguir lograr os seus proclamados objetivos de internacionalização ou de afirmação do seu suposto valor político, económico e/ou científico, sendo necessário, para a concretização de tais objetivos, não só um maior investimento por parte de todos os países, mas também uma afirmação concreta e clara da sua real e precisa dimensão, no “palco linguístico” do mundo.

Quanto aos restantes universos, é fulcral reconhecer a importância dada às variantes do idioma, prendendo-se com o facto de aquelas extravasarem a sua base puramente linguística para ecoarem numa importante vertente sociocultural e política. O facto de, por exemplo, se incluírem as variedades sociais, dialectais e nacionais que convivem nos países de língua oficial portuguesa, deve ser entendido como importante instrumento de coesão entre povos e como afirmação política e económica num contexto envolvente transnacional, mas também como uma estratégia de conveniência, principalmente quando internamente o desprestígio que marca certas pronúncias dialectais ou sócio-dialectais tem como causa a consagração de um dialecto como norma-padrão, dialecto que corresponde, habitualmente, ao que se fala na região em que estão sediados os órgãos de poder político, não esquecendo ainda que a nível puramente linguístico não existe superioridade linguística entre variedades ou dialectos de uma mesma língua.

Outra questão determinante é o reconhecimento (entendendo-o como estudo, ensino/aprendizagem, afirmação e autonomização instrumental interna) das línguas nacionais de todos os países envolvidos, na sua predominância, variedade e riqueza. Para tal empreendimento será tão mais necessário a vontade política de abandonar um discurso de *orgulho imperial* quanto a consciência de todos os falantes de que é necessário estudar profundamente os fenómenos linguísticos, sempre na mira das decisões políticas que tentam condicioná-los, pelo menos nominalmente mas que, pela sua ineficácia, acabam por perfilhar um tosco e movediço caminho até ao *Norte*.

Sem nunca lá chegar, as retóricas discursivas ora de valorização de um passado dito *comum*, ora de rasura de um potencial de cooperação estão a nortear esta língua para um terreno nostálgico, atrido e solitário. E intuímos que sempre, como sempre, *orgulhosamente só*.



Mas será realmente Portugal o único país a apoiar esta retórica ou a beneficiar dela? Terá Portugal espaço na arena pública para afirmar ou recuperar um qualquer passado colonial, ainda que *disfarçado*? São estas as respostas que pretendemos dar no decurso da nossa investigação.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Av. Elias Garcia, nº 123 – 7ºE
1050-098 Lisboa PORTUGAL
Telf. (00351) 21 820 88 75
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

GAMA, Catarina «Língua Portuguesa: olhares em perspectiva», *Working Paper #35*, Observatório Político, publicado em 15/10/2013, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.